

# A DISPUTA GLOBAL PELAS TERRAS RARAS CHEGOU AO BRASIL – E NÓS NEM PERCEBEMOS

*A aquisição da Serra Verde pela USA Rare Earth é um movimento geopolítico que alerta para o risco de o Brasil repetir a história como exportador de insumos críticos, enquanto potências disputam o controle da tecnologia e da defesa.*

**Marco Antonio de Freitas Coutinho\***



*Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.*

**A**nunciada aquisição da mineradora brasileira Serra Verde pela norte-americana USA Rare Earth, avaliada em cerca de US\$ 2,8 bilhões, não é apenas um negócio corporativo: é um movimento geopolítico de primeira ordem. Em um mundo em que cadeias de suprimentos se tornaram armas estratégicas, controlar terras raras significa controlar o futuro da energia, da mobilidade e da defesa. Os Estados Unidos sabem disso, e o Brasil acaba de entrar, de forma involuntária, no tabuleiro central dessa disputa.

A mina de Pela Ema, em Goiás, é hoje a única operação fora da Ásia capaz de produzir em larga escala os quatro elementos de terras raras magnéticas essenciais para ímãs de alta performance. Esses ímãs são o coração tecnológico de turbinas eólicas, motores de veículos elétricos, radares, satélites, submarinos e praticamente toda a indústria de defesa moderna.

# APLICAÇÕES CRÍTICAS DAS TERRAS RARAS

SETOR DE APLICAÇÃO	EXEMPLOS DE USO	CRITICIDADE ESTRATÉGICA
 <b>ENERGIA RENOVÁVEL</b>	Turbinas eólicas, geradores de energia limpa	<b>ALTA</b>
 <b>MOBILIDADE ELÉTRICA</b>	Motores de veículos elétricos, baterias de alta performance	<b>ALTA</b>
 <b>TECNOLOGIA AEROESPACIAL</b>	Satélites, radares de precisão, submarinos	<b>MUITO ALTA</b>
 <b>DEFESA MILITAR</b>	Mísseis de cruzeiro, sistemas de navegação e atuadores	<b>MÁXIMA</b>

*As terras raras não são um nicho industrial: estão no centro das tecnologias que definem poder no século XXI. Da geração de energia limpa à propulsão de mísseis de cruzeiro, o mesmo mineral que move a transição energética também move o armamento de última geração – o que explica por que seu controle é tratado como questão de segurança nacional pelas grandes potências.*

E aqui está o ponto que raramente aparece no debate público: as terras raras não têm apenas aplicações civis, elas são fundamentais para sistemas militares de alta tecnologia, razão pela qual o conhecimento industrial completo sobre elas costuma ser rigidamente controlado por poucos países.

Um único míssil de cruzeiro de longo alcance, como o Tomahawk, incorpora dezenas de diferentes terras raras em seus componentes eletrônicos, sensores, atuadores e sistemas de navegação. Isso explica por que a cadeia de terras raras é tratada como assunto de segurança nacional pelas grandes potências.

A transação ocorre em meio ao esforço explícito dos Estados Unidos e seus aliados para reduzir a dependência da China, que domina a maior parte da cadeia global de terras raras, da mineração à metalização e à fabricação de ímãs.

Washington vem construindo, desde 2020, uma política industrial agressiva para reconstruir sua autonomia nesse setor, e a compra da Serra Verde é mais um passo nessa direção. O pagamento da compra da mina em Goiás combina apenas um montante de US\$ 300 milhões em dinheiro, e o restante decorrerá da emissão de 126,8 milhões de ações da USA Rare Earth, criando uma empresa com presença no Brasil, Estados Unidos, França e Reino Unido.

# A AQUISIÇÃO DA SERRA VERDE

USA Rare Earth adquire a maior mina de terras raras fora da Ásia

ELEMENTO DA NEGOCIAÇÃO	DETALHE
 <b>VALOR TOTAL AVALIADO</b>	<b>US\$ 2,8 bilhões</b> Maior aquisição estrangeira em mineração estratégica no Brasil
 <b>PAGAMENTO EM DINHEIRO</b>	<b>US\$ 300 milhões</b> Parcela em moeda corrente da transação
 <b>PAGAMENTO EM AÇÕES</b>	<b>126,8 milhões de ações</b> Ações da USA Rare Earth emitidas como parte do pagamento
 <b>LOCALIZAÇÃO DA MINA</b>	<b>Pela Ema, Goiás — Brasil</b> Única operação fora da Ásia com produção em larga escala
 <b>PRESENÇA DA EMPRESA</b>	<b>Brasil</b> 🇧🇷 • <b>Estados Unidos</b> 🇺🇸 • <b>França</b> 🇫🇷 • <b>Reino Unido</b> 🇬🇧 Empresa com atuação multinacional após a fusão

A estrutura financeira da negociação revela mais do que um simples investimento: apenas US\$ 300 milhões dos US\$ 2,8 bilhões avaliados serão pagos em dinheiro. O restante será liquidado em ações da compradora – o que significa que o Brasil entrega um ativo estratégico único e recebe, em troca, participação minoritária em uma empresa estrangeira que passará a controlá-lo.

No papel, a nova empresa atuará em toda a cadeia: mineração, processamento, separação, metalização e fabricação de ímãs.

Mas o comunicado não especifica onde cada etapa ocorrerá, e isso não é um detalhe.

Historicamente, os EUA e seus parceiros não transferem processos estratégicos de metalização e fabricação de ímãs para países fora de seu círculo de confiança. É provável que ao Brasil caiba apenas a extração e a separação, enquanto as etapas de maior valor agregado e sensibilidade tecnológica permaneçam em território americano ou europeu.

O movimento também revela uma assimetria estrutural: o Brasil possui o recurso, mas não controla a tecnologia crítica. A Serra Verde, mesmo sendo uma operação de classe mundial, não detém a capacidade industrial de transformar terras raras em produtos estratégicos.

A compra pela USA Rare Earth consolida essa dependência, ao mesmo tempo em que insere o país na disputa geopolítica entre Washington e Pequim, ainda que como mero fornecedor, não como protagonista.

## RISCOS ESTRATÉGICOS PARA O BRASIL

O primeiro risco é o da reprimarização estratégica: o Brasil se consolida como detentor de processos periféricos, apenas como mero exportador de insumos críticos, sem construir

capacidade própria nas etapas de maior valor agregado. Isso aprofunda um padrão histórico em que o país fornece o que é raro e compra de volta o que é sofisticado.

Em um cenário de crise geopolítica, o acesso a produtos finais como ímãs, componentes de defesa, tecnologias verdes, dentre outros, pode ser restringido, mesmo que o minério saia do território brasileiro.

O segundo risco é o da perda de autonomia tecnológica. Ao permitir que uma empresa estrangeira controle um ativo tão sensível, o Brasil abre mão da possibilidade de usar essa mina como alavanca para desenvolver uma cadeia nacional de terras raras, envolvendo universidades, centros de pesquisa, empresas de engenharia e indústria de defesa.

Sem uma política industrial clara, o país se torna apenas um ponto de extração em uma cadeia comandada de fora.

Há também o risco de tensão diplomática silenciosa com a China. Pequim observa com atenção qualquer movimento que reduza sua influência em cadeias estratégicas. Se o Brasil se alinhar, na prática, ao esforço americano de diversificação contra a China, pode enfrentar retaliações sutis em outras frentes: comércio agrícola, investimentos, financiamento de infraestrutura. O país corre o risco de ser percebido como peça de um jogo que não controla.

## A CADEIA DE VALOR DAS TERRAS RARAS

Da extração ao produto final — onde o Brasil está e onde deveria estar



*A cadeia de valor das terras raras revela uma assimetria estrutural: os países que detêm o minério não são, necessariamente, os que capturam o valor. As etapas de maior rentabilidade e sensibilidade tecnológica – metalização e fabricação de ímãs – tendem a permanecer em território americano ou europeu, enquanto ao Brasil caberia, na prática, o papel histórico de fornecedor de matéria-prima.*

Outro ponto é o risco de captura regulatória e assimetria de informação. Sem transparência sobre onde serão realizadas as etapas de processamento, metalização e fabricação de ímãs, o Brasil pode aprovar um negócio que, na prática, o exclui das fases mais importantes da cadeia.

A narrativa de “cadeia completa” pode mascarar uma realidade em que o território brasileiro fica restrito ao papel de fornecedor de concentrado. Para piorar, ainda há o risco ambiental e social: territórios estratégicos podem ser explorados sem contrapartidas proporcionais em desenvolvimento local, transferência de tecnologia ou fortalecimento de capacidades nacionais.

Se o Brasil não condicionar esse tipo de operação a exigências claras de conteúdo local, pesquisa e desenvolvimento e formação de mão de obra, ficará com o passivo ambiental e perderá o ativo tecnológico. E infelizmente não chegamos sequer ao estágio da dúvida nestas questões.

Por fim, existe um risco de longo prazo: o de perder a janela histórica. Terras raras são hoje o “petróleo tecnológico” do século XXI e somos abençoados por reservas consideráveis. Se o Brasil não usar esse momento para construir soberania em torno desses recursos, definindo o que pode ou não ser vendido, sob quais condições, com quais exigências de industrialização, poderemos descobrir, somente daqui a 20 anos, que entregamos nossa vantagem estratégica em troca de um fluxo de caixa imediato de apenas US\$ 300 milhões.

Um belo espelhinho.

## **CONCLUSÃO: COMO PODEMOS PERDER UM JOGO DE PODER, TECNOLOGIA E SOBERANIA**

Para os Estados Unidos, a compra da Serra Verde é uma vitória clara: garante acesso a uma fonte estável de minerais críticos fora da esfera chinesa, fortalece sua cadeia de suprimentos e reduz vulnerabilidades em setores como defesa e energia limpa.

Para o Brasil, o impacto é ambíguo. De um lado, atrai investimento, amplia a relevância do país no mercado global e coloca Goiás no mapa das matérias-primas estratégicas. De outro, reforça o padrão histórico de exportação de recursos brutos e dependência tecnológica.

Não nos deixemos enganar: a disputa por terras raras é, antes de tudo, uma disputa por poder.

E o Brasil, dono de reservas significativas, precisa decidir se continuará sendo apenas o quintal mineral das grandes potências ou se buscará construir capacidade industrial

própria. A compra da Serra Verde pela USA Rare Earth é um lembrete de que, no século XXI, soberania não se mede apenas por território, mas por quem controla os materiais que movem o mundo.

O anúncio desse negócio em pleno feriado de Tiradentes nos mostra que os desafios de um passado distante ainda assombram nosso presente. Antes a ameaça era o a cobrança do quinto do ouro. Hoje a cobrança parece nem ser mais necessária.

Nos faltam alguns Inconfidentes?

---

*\***Marco Antonio de Freitas Coutinho** é coronel da reserva do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. Coutinho é pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). É coautor do livro “Guerra Russo-Ucraniana: O Conflito que Redesenhou a Geopolítica Mundial”. Pode ser contatado pelo e-mail: [marccoutinho@hotmail.com](mailto:marccoutinho@hotmail.com). Acompanhe seu trabalho também pelo Substack: <https://substack.com/@marccoutinho>.*

---